



ARQUIVAR

CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº CM 09, DE 15 DE ABRIL DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a suplementar a subvenção da Associação Internacional de Caridades de São Vicente de Paulo – AIC – Iturama/MG, constante da Lei nº 3.416, de 13 de dezembro de 2004, que instituiu as subvenções sociais para o exercício de 2005 e, dá outras providências.

A Câmara Municipal de Iturama, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar a subvenção destinada à Associação Internacional de Caridades de São Vicente de Paulo – AIC – Iturama/MG, instituída pela Lei nº 3.416, de 13 de dezembro de 2004, no valor de R\$. 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art 2º Os recursos para atender as despesas com a execução da presente Lei, serão os provenientes da dotação orçamentária 3.3.50.43.22. 08.244.0011.2023 - Subvenção à Associação Internacional de Caridades de São Vicente de Paulo - AIC, constante no Orçamento do Município para o exercício de 2005, instituído pela Lei nº 3.415, de 13 de dezembro de 2004.

Art 3º Por causa da suplementação prevista no art 1º, desta Lei, o art 1º, da Lei nº 3.416, de 13 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

“Art 1º O Município de Iturama, subvencionará no exercício de 2005, as seguintes entidades:

02.09 – Secretária Municipal de Saúde e Ação Social	
2.023 – Assoc. Int Carid. São Vic. Paulo AIC – Iturama-MG	R\$ 26.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Iturama/MG, 15 de abril de 2005.

Vereador Dijalme José de Queiroz
Presidente

Vereador Wagner José Ferreira
Vice-Presidente

Vereador Januário Francisco de Andrade
1º Secretário

Vereador Anderson B. de Oliveira
2º Secretário

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº CM 009/2005, QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR A VERBA DA SUBVENÇÃO DESTINADA À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CARIDADES DE SÃO VICENTE DE PAULO – AIC -, CONSTATANTE DA LEI Nº 3.416, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE INSTITUIU AS SUBVENÇÕES SOCIAIS PARA O EXECÍCIO DE 2005 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Projeto de Lei nº CM 009/2005, de autoria do Poder Legislativo, que tramita por essa Secretaria, em análise por esta assessoria jurídica, o Projeto de Lei, justifica o interesse público coletividade, destinando uma suplementação de verba na Lei de Subvenção do Orçamento vigente, destinada à Associação Internacional de Caridades de São Vicente de Paulo – AIC – Iturama/MG., com a finalidade de atender maior números de pessoas carentes de nosso Município.

Em análise minuciosamente aos dispositivos exigidos pelos princípios da legislação pertinente, para formalizar o aspecto formal e legal do seu procedimento, vimos que o Poder Legislativo tem competência para propor projeto desta natureza com a sanção do Poder Executivo, nos termos do inciso IV, art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Constatamos que, o projeto de lei foi elaborado dentro dos princípios estabelecidos nas vedações constantes do inciso V do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 167. São vedados:

V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes”.

Constatamos ainda que, o projeto de lei também foi elaborado dentro dos princípios estabelecidos nas classificações dos créditos adicionais constantes nos termos do inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, transcrevemos o seguinte:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

Quando os créditos orçamentários, inclusive os créditos especiais, abertos e aditados ao orçamento anual, são ou se tornam insuficientes, a legislação autoriza a abertura de créditos suplementares. Estes estão assim diretamente relacionados ao orçamento. Suplementa-se, pois, os créditos do orçamento anual.

Por outro lado, um projeto e uma atividade só podem ser anulados quando a revisão do planejamento determinar a sua desnecessidade, inconveniência ou impossibilidade de execução”. (Lei Comentada 4.320, J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, 27ª Edição – IBAM – pág. 91/93)”.

Constatamos ainda mais que, o terceiro aspecto, devemos ressaltar: “A autorização para créditos suplementares será feita em lei própria. Com isto se salvaguarda o princípio da prévia autorização e evita-se o abuso pelo Executivo de abertura de créditos suplementares e especiais. A abertura dos créditos especiais e suplementares deve ser precedida de exposição justificativa e depende da existência e da indicação de recursos disponíveis e descomprometidos para acorrer à despesa”, conforme consta dos incisos II e III, do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, transcrevemos:

Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais, depende da existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa;

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei”

Constatamos finalmente que, deverá respeitar o quarto aspecto, que é o **princípio da exclusividade** constante do § 8º do art. 165 da C.F., “Se o Executivo tiver necessidade de utilizar-se de tais recursos, para suplementação de determinada dotação orçamentária, que o faça, mediante autorização legislativa específica. (ABC do Vereador, 2ª Edição, Edílio Ferreira, pág. 161).

Constatamos ainda mais finalmente que, o quinto e último aspecto que devemos observar com todo o respeito, é o parecer de nº 0255/98 de 26 de fevereiro de 1998, do IBAM, transcrevemos parte do parecer:

Assim, a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, poderá ser dada na lei orçamentária, que lhe fixará o limite, ou em lei específica. Esclareça-se que numa ou noutra situação o Poder Legislativo dará ou não a autorização, pois que se trata de uma faculdade. (grifo nosso)

O procedimento ainda exige que o projeto de lei seja precedido de exposição de motivos e da indicação de recursos disponíveis e descomprometidos para acorrer à despesa na forma do art. 43 da lei nº 4.320/64.

Portanto, como o projeto de lei vem amparado pelo § 8º do art. 165 e inciso V do art. 167 da Constituição Federal, inciso I do art. 41 e inciso II, III do § 1º do art. 43, todos da Lei nº 4.320/64 c/c o inciso IV do art. 50 da Lei Orgânica Municipal, não havendo inconstitucionalidade na matéria que tramita por esta Casa de Leis e respectiva Secretaria, nada impede entrar na ordem do dia para discussão e apreciação por maioria simples pelos Vereadores presente na sessão da Câmara Municipal.

Este é o nosso parecer.

Iturama - MG, 18 de abril de 2005



Dr. Aparecido Martins Bernardo
Assessor Jurídico

Dr. Elison de Queiroz Freitas
Assessor Jurídico

Dr. Paulino José de Queiroz
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº CM 09/2005

AUTORES: MESA DIRETORA

ASSUNTO: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR A SUBVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO - AIC - ITURAMA/MG, CONSTANTE DA LEI Nº 3.416, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE INSTITUI AS SUBVENÇÕES SOCIAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2005 E , DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VOTAÇÃO:

DATA DE RECEBIMENTO:

ANALIZADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM:

PARECER: ANEXO.

ENTREGUE À COMISSÃO:

FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM 18 / 04 /2005

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: 05 / 05 /2005

ASSINATURA DO PRESIDENTE: [Assinatura]

ENTREGUE AO RELATOR EM 18 / 04 /2005

ASSINATURA DO RELATOR: [Assinatura]

ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM 18 / 04 /2005

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: 09 / 05 /2005

ASSINATURA DO PRESIDENTE: [Assinatura]

ENTREGUE AO RELATOR EM 1 / 05 /2005

ASSINATURA DO RELATOR: [Assinatura]

ORDEM DO DIAS DAS REUNIÕES

VISTO DO PRESIDENTE

[Assinatura] EM 16 / 05 /2005

[Assinatura] EM / /2005

Retirado no termo do art. 2º do Regimento Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Excelentíssimo Senhor.

DIJALME JOSÉ DE QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal

Iturama/MG

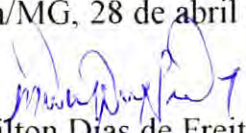
Senhor Presidente,


A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, por seus membros abaixo assinados, com fundamento no § 4º. do art. 95. do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência a prorrogação do prazo por mais 10 (dez) dias, para emissão de parecer, ao Projeto de Lei CM nº 09/2005, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR A SUBVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO – AIC – ITURAMA/MG, CONSTANTE DA LEI Nº 3.416, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE INSTITUI AS SUBVENÇÕES SOCIAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2.005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, no sentido de buscar informações sobre a prestação de serviços e o plano de trabalho da referida Associação para melhores estudos sobre a matéria em tramitação.


Termos em que,

Pede Deferimento.

Iturama/MG, 28 de abril de 2005.


Milton Dias de Freitas
Presidente


Dr. Cláudio Tomaz de Freitas
Vice-Presidente


José Pichioni Filho
Relator da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº CM 09/2005 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR A SUBVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO – AIC – ITURAMA/MG, CONSTANTE DA LEI Nº 3.416, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE INSTITUI AS SUBVENÇÕES SOCIAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2005 E , DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTORES: MESA DIRETORA

ARQUIVAR

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº cm 09/2005, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade, da legalidade e da juridicidade, no seu texto original.**

Câmara Municipal, em _____ de _____ de 2005

Presidente: Milton Dias de Freitas _____

Vice-Presidente: Dr. Cláudio Tomaz de Freitas _____

Relator: José Pichioni Filho _____



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº CM 09/2005 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR A SUBVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO – AIC – ITURAMA/MG, CONSTANTE DA LEI Nº 3.416, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE INSTITUI AS SUBVENÇÕES SOCIAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2005 E , DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTORES: MESA DIRETORA

COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº cm 09/2005, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável a aprovação no mérito do projeto como esta redigido.**

Câmara Municipal, em _____ de _____ de 2005

Presidente: Milton Dias de Freitas _____

Vice-Presidente: Adaer Lauristão Ferreira _____

Relator: José Pichioni Filho _____